

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE MARÇO DE 1999

Senhor Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann; Senhores Parlamentares que aqui se encontram; Senhor Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio de Salvo; Senhor Gerente-Geral da Recofarma, Stuart Cross; Doutor Milton Seligmann, Secretário-Executivo da Comunidade Solidária; Senhores empresários, Senhoras e Senhores,

Hoje, realmente, serei muito breve, porque vejo muitos Parlamentares aqui e isso me aflige. Tenho medo de que, daqui a pouco, falte o nome de cada um deles para apertar uma tecla, e espero que apertem a tecla certa.

Mas eu não queria deixar de, simplesmente, felicitar, mais uma vez, o Ministro Raul Jungmann e àqueles que se juntam, nesse esforço de dar um ímpeto maior à agilização, não só do processo da reforma agrária – entendido no seu sentido mais literal, de ocupação de terra e não no mau sentido da distribuição de terra – senão que, também, num esforço que é tão importante quanto esse, que é o de tornar, efetivamente, essa terra produtiva.

Porque reforma agrária sem terra produzindo significa a criação de uma clientela rural do Estado, que só vai dar dor de cabeça futu-

ra. E nós temos que prever, também, o futuro. Não basta olhar aquilo que está acontecendo nos dias que correm. Nós temos que ver mais adiante. E esse entusiasmo do Ministro Jungmann me contagia, também, e fico na expectativa de que, em vez de criarmos essa clientela rural, estejamos, efetivamente, contribuindo para a formação de um novo mundo rural.

Tenho certeza de que, pelo que já vi delineado – um conjunto de políticas que estão sendo preparadas para melhorar as condições de produção e de vida no campo, incluindo a pequena agricultura de base familiar, os assentamentos rurais, a produção média e o seu entrosamento com o *agrobusiness* e com a exportação, como mencionou o Ministro – tudo isso é fundamental para que, realmente, nós tenhamos uma transformação no campo, que não seja só uma desilusão futura, mas que venha a significar, realmente, uma transformação.

A sociedade brasileira, a esta altura dos acontecimentos, já deve ter registrado o fato de que este governo nunca se opôs à reforma agrária. E, por isso mesmo, tem autoridade moral para dizer que é preciso, agora, fazer com que haja os frutos da reforma agrária e não apenas a desapropriação. A desapropriação é condição, muitas vezes, necessária mas, certamente, insuficiente. E fez bem o Ministro Jungmann, também, de mencionar que vamos agilizar outras formas de distribuição de terra, baseadas no próprio mercado, através de leilões e da mobilização do Banco da Terra, como um instrumento adicional àquele recurso, que não será interrompido onde for necessário, da desapropriação.

Mas a sociedade já registrou que existe vontade política, não apenas para fazer o que é necessário em termos de desapropriação, mas para fazer o que é mais necessário ainda, que é tornar a terra produtiva. E isso, daqui por diante, há de ser a marca do governo. O governo não está preocupado quando grupos contestadores propõem metas que são inexecutáveis. Deixemo-los com seus – não sonhos – pesadelos, porque trata-se apenas de colocar uma pedra na própria sociedade, no sapato da sociedade, que não tem como ser realizada.

E, ao invés de ficarmos preocupados com isso, preocupemo-nos em melhorar, de fato, a condição de vida dos que produzem no campo, sejam eles assentados ou sejam eles pequenos proprietários, ou proprietários rurais em geral. Trata-se de tornar a agricultura uma agricultura que dê condições de vida melhor para os que lá trabalham e para o povo brasileiro.

E mencionou bem o Ministro Jungmann que é possível, até, como eu já disse, vincular esses núcleos novos, dessa nova vida rural, à exportação. Daqui por diante, pela força das circunstâncias, ou o Brasil multiplica o seu esforço exportador, ou não terá condições de superar as dificuldades, que são de conhecimento público.

Vamos multiplicar o esforço exportador. E é muito bom que se engajem nesse esforço exportador as comunidades de assentados e dos que são incluídos no processo de reforma agrária. Porque isto agrega valor, aumenta a disponibilidade de divisas e estabelece liames permanentes entre a produção e o consumo. E obriga, também, a um certo nível de produtividade e de qualidade, na própria produção.

Que ninguém se iluda: o mundo do futuro vai continuar sendo o mundo da qualidade, um mundo que vai requerer, cada vez mais, produtividade e qualidade. E que não poderá ser oposto ao de integração cidadã. Tem que haver, simultaneamente, cidadania. Mas uma cidadania que não é preguiçosa, uma cidadania que não significa apenas direitos, mas significa também construção de um mundo melhor, portanto, o esforço simultâneo dessa cidadania. E esse esforço será tanto mais recompensador quanto a cidadania se convencer de que ela não está trabalhando, simplesmente, para que outros se beneficiem do fruto do seu trabalho, mas que ela própria possa colher os frutos desse trabalho.

Creio que não tenho nada mais a acrescentar, a não ser agradecer o fato de uma empresa do porte da Coca-Cola – que também pode se juntar mais ao esforço exportador, diga-se de passagem – de estar, neste momento, ajudando nesse processo de reconstrução dos mecanismos de reforma agrária.

Estendo esse agradecimento às empresas que já estão vinculadas a esse processo. Isso é um sinal muito claro de que a palavra que vai orientar os caminhos do futuro do Brasil há de ser a da parceria. Há de ser a da compreensão dos problemas, das dificuldades, também das possibilidades e de um esforço comum. E que seja um esforço feito com limpeza, com clareza, com transparência, e que todos percebam que esse esforço vai resultar, efetivamente, na melhoria de vida dos que mais precisam. E os que mais precisam são os que, até há pouco, estavam excluídos. E os que estão entrando em um processo de inclusão, certamente, também precisam.

Talvez, em nome até deles próprios, eu possa agradecer essa cooperação. E tenho certeza de que ela não só continuará, como se ampliará.

Muitíssimo obrigado.